

BIBLIOGRAFIA

CRÍTICA

MUNICIPAL PERSONNEL ADMINISTRATION — Publicado pela Associação Internacional de Administradores Municipais para o Instituto de Treinamento em Administração Municipal — Chicago, Illinois — 3.^a edição — 429 págs. — \$ 7,50.

Comentário de LEONARD D. WHITE, da
Universidade de Chicago.

(In "Public Personnel Review",
janeiro de 1943).

Eminente especialista inglês em assuntos de administração municipal, tendo visitado recentemente os Estados Unidos após uma ausência de dez anos, ficou profundamente impressionado com o atual progresso das cidades norte-americanas. Embora houvesse observado especialmente o desenvolvimento das grandes rodovias que partem dos centros urbanos em direção aos subúrbios e zonas rurais, e também os projetos de melhoramentos nas cidades, tais como os que se relacionam com a zona de Chicago situada à margem do lago Michigan e os que se referem à construção de habitação barata, surpreendeu-se ainda com os elevados padrões de educação, higiene, conforto e divertimentos públicos de várias espécies.

Estes e outros aspectos de progresso são surpreendentes. Dentre os múltiplos fatores que os produziram, deve-se, sem dúvida, incluir o extraordinário aperfeiçoamento obtido, durante o decênio 1930-1940, com a divulgação de idéias referentes à natureza de uma boa administração municipal. As conferências promovidas por duas gerações passadas, relativamente aos problemas de governo municipal, contribuíram para a fundação da *National Municipal League*, que passou a ser um eficiente veículo de circulação de idéias sobre a reforma da organização municipal e sobre o enfraquecimento da política partidária. A formação de um "centro de governo" em "1313 E. 60th Street", em Chicago, durante aquela década, imprimiu forte impulso à circulação de idéias relativas a aspectos técnicos e normas profissionais de administração municipal.

A série de volumes, entre os quais este se inclui, foi iniciada em 1935 pela Associação Internacional de Administradores Municipais; a primeira edição dos resultados do inquérito sobre processos de administração de pessoal nos municípios foi escrita em 1935, tendo sofrido subseqüentemente uma revisão parcial em 1938. Acha-se agora completamente revista sob a orientação de Elton D. Woolpert. A série completa — e este volume em particular — representa o que há de melhor em matéria de instrução extra-escolar, não podendo haver dúvida de que a sua influência em formar atitudes e estabelecer normas práticas tenha sido vasta e benfazeja.

Nos seus quatorze capítulos, este manual de treinamento abrange os principais aspectos de administração de pessoal — desde a organização da técnica de pessoal através dos processos já estabelecidos de classificação, seleção, treinamento, promoção, disciplina e aposentadoria, até as técnicas mais experimentais de elevação do moral, condições de trabalho e relações sociais. Notas de rodapé e uma pequena bibliografia dirigem a atenção do leitor para outras fontes de informações.

A matéria é apresentada de maneira simples, clara e sincera. Quando há atitudes em conflito e processos ainda não estabelecidos, o livro apresenta pontos de vista diferentes, mas, em geral, conclue com a declaração daquilo que os autores consideram prática preferida ou tendências emergentes. Tal posição é geralmente reforçada por citações de especialistas no assunto — e, na verdade, em suas páginas encontram-se muitas citações oportunas de obras e artigos.

Talvez seja interessante o seguinte exemplo. Há, ou tem havido, considerável debate em torno dos deveres que competem à alta administração e aos chefes executivos relativamente à técnica de pessoal — debate esse que surgiu de uma antiga crença de que as atividades dos órgãos de pessoal eram da alçada exclusiva dos especialistas de pessoal. Os autores manifestam claramente o seu ponto de vista quando afirmam que os funcionários da alta administração e todos os chefes executivos constituem inevitavelmente uma parte integrante do mecanismo da administração de pessoal. Per-

feitamente lógica é a sua preferência por um órgão responsável de pessoal, em lugar de uma comissão autônoma de serviço civil. A propósito, o presente comentarista sempre pensou que um dos exemplos mais eloqüentes e eficazes da influência da alta administração sobre o sistema de pessoal está contido na carta que o antigo prefeito municipal John H. Edy dirigiu aos seus novos funcionários da cidade de Berkeley, e que foi reproduzida num apêndice ao *The City Manager*.

O capítulo referente à promoção revela a atual carência de atenção sobre este aspecto da administração de pessoal. O material foi adaptado, em grande parte, do livro *Federal Service*, de Lewis Mayer, publicado em 1922, e do trabalho intitulado *Promotion Principles and Practices*, da autoria de Frank O. Everett e editado em 1929 pela Assembléia do Serviço Civil. Essa ausência de preocupação atual pelo problema, observada nos diversos municípios, pode ser prontamente atribuída às severas restrições impostas pela regra de residência local. Os processos e sistemas de promoção da generalidade dos municípios, exceção feita das grandes cidades, somente assumirão a devida importância quando o serviço municipal for eficientemente organizado pelo menos em base estadual ou, com maior preferência, nacional. Neste ponto, não precisamos ser derrotistas, apesar do lento progresso; a evolução far-se-á sentir gradativamente nos campos profissionais, científicos e administrativos — onde, por todos os títulos, assume peculiar importância. Mas como podem os departamentos de polícia ser socorridos da paralisia de pessoal que aflige a maior parte deles, até que o serviço policial se torne pelo menos uma organização estadual, possuindo relativa liberdade de movimentos, de cidade a cidade, e conservando-se dentro dos níveis administrativos superiores?

As páginas consagradas ao tema das relações com o público, que o Sr. Woolpert tomou por especial objeto de seus estudos, assumem peculiar importância e, deve-se acrescentar, envolvem problemas que ainda fogem de um tratamento preciso. É evidente que os responsáveis pela administração municipal, bem como os demais funcionários, necessitam levar em conta as atitudes, opiniões, preferências e reações do público. Esta obrigação não constitui apenas uma norma de boa política; ela existe no interesse dos padrões de boa administração, já firmemente estabelecidos e gradativamente aperfeiçoados. Os inquiridos sobre opinião

pública recentemente realizados em Kansas City, Missouri, desbravam uma área inteiramente nova, com referência direta à administração de pessoal e digna da atenção do governo.

Qualquer funcionário municipal, pertencente a departamento executivo ou a órgão de pessoal, bem como qualquer membro de conselho municipal, lucrariam com a leitura deste bem organizado e claramente apresentado estudo sobre a moderna teoria e prática da administração de pessoal. Dêsse material resultou o estabelecimento de padrões cada vez mais elevados de administração municipal, como os que surpreenderam tão vivamente a Sir Ernest Simon durante a sua recente visita aos Estados Unidos. É o material que serve para dar impulso, de longa duração, àqueles raros porém essenciais momentos de reconstrução espiritual que qualquer cidade costuma experimentar — Dayton em 1914, Cincinnati em 1926, Kansas City em 1941, talvez mesmo, algum dia, a cidade de Chicago! É um dos alicerces de que se prevalecem as escolas, os colégios e as universidades para produzirem outros, capazes de fortalecer a opinião pública, afim de que ela apoie novos planos em prol de um grupo cada vez mais inteligente, mais eficiente e não menos responsivo de funcionários municipais.

INDICAÇÕES

THE TECHNIQUE OF MUNICIPAL ADMINISTRATION — Publicação de "The Institute for Training in Municipal Administration" — Segunda edição — Chicago, Illinois, setembro de 1941.

Prefácio :

Em todos os governos municipais há uma tarefa administrativa a ser realizada. Se os serviços públicos devem ser administrados democraticamente e com eficiência, alguém deve assumir a responsabilidade de planejamento, organização, coordenação e controle da máquina administrativa. Na maioria dos municípios, há um chefe executivo — prefeito, administrador municipal, secretário municipal, ou qualquer que possa ser o seu título — que se responsabiliza pela orientação dos serviços administrativos do município. Em alguns municípios, os poderes e as responsabilidades administrativas são compartilhados por diversos funcionários.

feitamente lógica é a sua preferência por um órgão responsável de pessoal, em lugar de uma comissão autônoma de serviço civil. A propósito, o presente comentarista sempre pensou que um dos exemplos mais eloqüentes e eficazes da influência da alta administração sobre o sistema de pessoal está contido na carta que o antigo prefeito municipal John H. Edy dirigiu aos seus novos funcionários da cidade de Berkeley, e que foi reproduzida num apêndice ao *The City Manager*.

O capítulo referente à promoção revela a atual carência de atenção sobre este aspecto da administração de pessoal. O material foi adaptado, em grande parte, do livro *Federal Service*, de Lewis Mayer, publicado em 1922, e do trabalho intitulado *Promotion Principles and Practices*, da autoria de Frank O. Everett e editado em 1929 pela Assembléia do Serviço Civil. Essa ausência de preocupação atual pelo problema, observada nos diversos municípios, pode ser prontamente atribuída às severas restrições impostas pela regra de residência local. Os processos e sistemas de promoção da generalidade dos municípios, exceção feita das grandes cidades, somente assumirão a devida importância quando o serviço municipal for eficientemente organizado pelo menos em base estadual ou, com maior preferência, nacional. Neste ponto, não precisamos ser derrotistas, apesar do lento progresso; a evolução far-se-á sentir gradativamente nos campos profissionais, científicos e administrativos — onde, por todos os títulos, assume peculiar importância. Mas como podem os departamentos de polícia ser socorridos da paralisia de pessoal que aflige a maior parte deles, até que o serviço policial se torne pelo menos uma organização estadual, possuindo relativa liberdade de movimentos, de cidade a cidade, e conservando-se dentro dos níveis administrativos superiores?

As páginas consagradas ao tema das relações com o público, que o Sr. Woolpert tomou por especial objeto de seus estudos, assumem peculiar importância e, deve-se acrescentar, envolvem problemas que ainda fogem de um tratamento preciso. É evidente que os responsáveis pela administração municipal, bem como os demais funcionários, necessitam levar em conta as atitudes, opiniões, preferências e reações do público. Esta obrigação não constitui apenas uma norma de boa política; ela existe no interesse dos padrões de boa administração, já firmemente estabelecidos e gradativamente aperfeiçoados. Os inquiridos sobre opinião

pública recentemente realizados em Kansas City, Missouri, desbravam uma área inteiramente nova, com referência direta à administração de pessoal e digna da atenção do governo.

Qualquer funcionário municipal, pertencente a departamento executivo ou a órgão de pessoal, bem como qualquer membro de conselho municipal, lucrariam com a leitura deste bem organizado e claramente apresentado estudo sobre a moderna teoria e prática da administração de pessoal. Dêsse material resultou o estabelecimento de padrões cada vez mais elevados de administração municipal, como os que surpreenderam tão vivamente a Sir Ernest Simon durante a sua recente visita aos Estados Unidos. É o material que serve para dar impulso, de longa duração, àqueles raros porém essenciais momentos de reconstrução espiritual que qualquer cidade costuma experimentar — Dayton em 1914, Cincinnati em 1926, Kansas City em 1941, talvez mesmo, algum dia, a cidade de Chicago! É um dos alicerces de que se prevalecem as escolas, os colégios e as universidades para produzirem outros, capazes de fortalecer a opinião pública, afim de que ela apoie novos planos em prol de um grupo cada vez mais inteligente, mais eficiente e não menos responsivo de funcionários municipais.

INDICAÇÕES

THE TECHNIQUE OF MUNICIPAL ADMINISTRATION — Publicação de "The Institute for Training in Municipal Administration" — Segunda edição — Chicago, Illinois, setembro de 1941.

Prefácio :

Em todos os governos municipais há uma tarefa administrativa a ser realizada. Se os serviços públicos devem ser administrados democraticamente e com eficiência, alguém deve assumir a responsabilidade de planejamento, organização, coordenação e controle da máquina administrativa. Na maioria dos municípios, há um chefe executivo — prefeito, administrador municipal, secretário municipal, ou qualquer que possa ser o seu título — que se responsabiliza pela orientação dos serviços administrativos do município. Em alguns municípios, os poderes e as responsabilidades administrativas são compartilhados por diversos funcionários.

Independentemente, porém, da forma de governo ou da distribuição de responsabilidades, as funções administrativas são desempenhadas, bem ou mal. O propósito deste volume é definir a tarefa de gerência na administração municipal e sugerir técnicas e processos que auxiliem os funcionários municipais, ocupantes de cargos de administração, a desempenhar eficientemente os seus deveres.

Muitos princípios e processos estudados neste volume são importantes para a tarefa de administrar um só departamento, de sorte que os chefes de departamentos podem beneficiar-se grandemente na solução de seus problemas com os pontos de vista contidos neste trabalho. Para funcionários que estejam interessados em aplicar bons princípios administrativos às atividades de um só departamento, o Instituto mantém cursos de correspondência sobre finanças, pessoal, planejamento, obras públicas, polícia, corpo de bombeiros, assistência social e diversões públicas.

Ao planejar e elaborar este trabalho, vimo-nos assediados por muitas dificuldades. Havendo tomado por principal objetivo a definição do trabalho administrativo municipal, defrontámos desde logo com o fato de não existirem padrões de deveres e responsabilidades para os chefes de governos municipais. Os títulos de prefeito (*mayor*), administrador municipal (*city manager*) ou comissário (*commissioner*) são geralmente usados, não se aceitando, entretanto, na teoria como na prática, qualquer definição de deveres e responsabilidades. Na seleção das técnicas a serem recomendadas ou sugeridas ocorreu-nos igual dificuldade. É relativamente fácil descobrir técnicas consideradas úteis e até "indispensáveis" como instrumentos de administração por parte de alguns administradores, mas essas descobertas são contrabalançadas e contrariadas pela experiência de outros administradores, que conseguiram êxito igual sem as chamadas técnicas "indispensáveis".

Defrontando-nos com essas dificuldades, tentámos, por vezes, abandonar a tarefa de definir administração e de prescrever técnicas de administração que servissem de modelo, por nos sentirmos bastante desesperançados, preferindo nos resignarmos à consideração de que a administração é arte por demais sutil para ser definida e assás individual para ser ensinada. A tarefa, embora difícil, não é, contudo, impossível. Apesar das diferenças superficiais que existem entre os cargos e da aparente dessemelhança de técnicas, uma cui-

dadosa análise revela que a administração encarada num sentido amplo (*over-all administration*) possui certas características comuns, qualquer que seja o nível de governo, e que as técnicas de administração, embora possam variar quanto aos detalhes, dispõem de meios comuns para solucionar os problemas administrativos.

Nenhuma tentativa foi feita neste volume para definir em detalhe os deveres e responsabilidades de um administrador municipal "modelo", ou para prescrever um sortimento de técnicas "garantidas" que operassem milagres em qualquer governo municipal sempre que fossem adotadas. O que se tentou fazer foi analisar as funções do administrador, assinalar os objetivos da chefia administrativa no governo municipal e sugerir, por meio de exemplos, algumas técnicas que a experiência de administradores bem sucedidos provou serem extremamente úteis. Pretender que se obteve êxito completo em conseguir tais finalidades e que se pode encontrar neste volume a "última palavra" em matéria de administração municipal — seria presunção absurda. Comprazemo-nos em alegar que este volume representa importante "primeiro passo" e cuidadoso desbravamento em um domínio apenas parcialmente explorado e ainda incompletamente delineado.

Foram feitos todos os esforços para descobrir e sugerir as melhores opiniões, bem como os resultados das mais fecundas experiências sobre o assunto. Por mais de um quarto de século, a Associação Internacional de Administradores Municipais, a que está filiado o Instituto, vem estudando problemas de administração municipal e apreciando os esforços de funcionários municipais e de outros indivíduos em prol da elevação dos padrões de funcionamento administrativo. Os documentos e arquivos da Associação, bem como a experiência de seus membros efetivos e associados, foram livremente utilizados pelos autores, porque constituem copioso manancial de informações e idéias.

A preparação de um volume como este deve necessariamente depender de contribuições de várias procedências. Somos particularmente gratos às quatro pessoas que fizeram a revisão completa do original manuscrito e cujas críticas e sugestões resultaram em modificações substanciais na estrutura do trabalho. Por suas críticas construtivas, expressamos nosso profundo reconhecimento a Louis Brownlow, diretor da *Public Administration Clearing House* e antigo prefeito municipal de

Petersburg, Virginia, e de Knoxville, Tennessee; Clarence A. Dykstra, presidente da *University of Wisconsin* e antigo prefeito municipal de Cincinnati, Ohio; C.A. Harrel, prefeito municipal de Schenectady, New York; e Donald C. Stone, chefe da *Division of Administrative Management*, do Bureau de Orçamento dos Estados Unidos. Além desses quatro colaboradores, o Sr. Herbert Emmerich, diretor-associado da *Public Administration Clearing House*, examinou todo o manuscrito, apresentando sugestões de muita utilidade.

A todos quantos examinaram um ou mais capítulos do manuscrito e apresentaram contribuições, expressamos nossos mais vivos agradecimentos. Em tal grupo incluem-se as seguintes pessoas: John H. Ames, G. Lyle Belsley, Walter H. Blucher, Roy S. Braden, I. C. Brower, F. R. Buechner, Carl H. Chatters, L.F. Cookingham, Olney L. Craft, Willard F. Day, Maxwell A. De Voe, E. J. Donnelly, John N. Edy, Robert W. Flack, Ambrose Fuller, Lee S. Greene, Luther Gulick, Max P. Heavenrich, Jr., Frank W. Herring, L. W. Hoelscher, Albert Lepawsky, Clarence C. Ludwig, J. Bryan Miller, Lyman S. More, Guiton Morgan, E. L. Mosley, Robert M. Paige, James W. Parry, John M. Pfiffner, John F. Pierce, Hugh R. Pomeroy, Don K. Price, David L. Robinson, Jr., Rolland D. Severy, Robert W. Siebenschuh, Herbert A. Simon, Harold A. Stone, Hollis R. Thompson, James G. Wallace, Edward B. Wilber, H. L. Woolhiser e H. A. Yancey.

Agradecemos igualmente aos tratadistas e editores que tão generosamente nos concederam permissão para reproduzir ou citar suas publicações. Agradecemos, finalmente, a subvenção do Fundo Spelman que possibilitou a preparação e edição deste volume.

INTRODUCTION TO SOCIAL SCIENCE —

A survey of social problems — GEORGE C. ATTEBERRY, JOHN L. AUBLE e ELGIN F. HUNT — Vol. II — The Macmillan Company — New York — 1942 — 800 páginas.

O presente volume representa o produto de considerável experiência e pensamento de um grupo de professores de sociologia, que colaboraram para satisfazer as necessidades dos estudantes matriculados nos cursos básicos de ciências sociais das universidades norte-americanas.

Os autores tiveram em mira a realização dos seguintes objetivos: 1) familiarizar os estudantes com os problemas da sociedade contemporânea; 2) investigar quais os grupos mais afetados por esses problemas; 3) mostrar, por meio de importantes fatos históricos, como surgiram esses problemas e o que tem sido feito para solucioná-los; e 4) demonstrar como a economia, a sociologia e a ciência política contribuem para a compreensão e solução inteligente desses problemas.

Sob o título geral de *Government and Social Problems*, encontrará o leitor dezanove capítulos que focalizam os problemas sociais resultantes da ação governamental sobre a sociedade contemporânea. Tais capítulos, embora referentes à sociologia norte-americana, contêm generalizações que, por certo, interessarão aos estudiosos das relações entre o governo e os problemas sociais de qualquer país. Os demais capítulos do vol. II encerram tópicos sobre as relações entre o sistema econômico e os diversos problemas sociais.

A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL NOS ESTADOS UNIDOS — GUSTAVO LESSA — Companhia Editora Nacional — 1942 — 318 págs.

Neste volume, o autor analisa o sistema de administração federal dos Estados Unidos, expondo, com segurança e clareza, o resultado de observações pessoais feitas naquele país durante os anos de 1937-38. Esta primeira edição apareceu somente em 1942, o que possibilitou ao autor o ensêjo de incluir em seu livro as principais modificações ocorridas posteriormente na máquina governamental norte-americana.

Trata-se de um livro bastante recomendável para todos aqueles que desejarem conhecer os principais problemas e características do serviço civil federal dos Estados Unidos. A matéria acha-se distribuída pelos seguintes tópicos: Prefácio — Introdução. Capítulos: I — As leis básicas do serviço civil, sua gênese e alcance; II — Movimento para a constituição de um serviço público de carreira; III — A Comissão do Serviço Civil; IV — Os Ministérios; V — As Secretarias; VI — O controle do pessoal; VII — O controle das despesas; VIII — As funções dos Ministros.

MANUAL DOS SERVIDORES DO ESTADO —
2.º Tomo: *Livro do Extranumerário* —
EDUARDO PINTO PESSOA SOBRINHO — Rio —
1943 — 242 págs.

Em nossa edição do mês de junho, tivemos ocasião de indicar, nesta secção bibliográfica, o *Livro do Funcionário*, 1.º tomo do *Manual dos Servidores do Estado*, da autoria do Sr. Eduardo Pinto Pessoa Sobrinho, técnico de administração do D.A.S.P. O referido autor, afim de completar a sistematização de todas as leis e interpretações de jurisprudência relativas aos servidores do Estado, acaba de publicar o *Livro do Extranumerário*, em que se acham reunidos a legislação vigente e os textos de jurisprudência sobre êsse importante grupo de servidores.

Na disposição do assunto, o autor observou o seguinte plano: — condições de preenchimento das funções, direitos e vantagens, e deveres e responsabilidades dos extranumerários.

Com êsse tomo fica completado o *Manual dos Servidores do Estado*, cuja consulta poupará tempo e esforço aos estudiosos de nossa legislação de pessoal.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Recebemos e agradecemos:

Creosoto para Preservação de Madeira — Especificação E-30b — 2.ª Rev., maio de 1943 — Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo.

Óxido Verde Cromo — Especificação E-69 — Abril, 1943, idem.

Móveis de Madeira para Escritório — Especificação E-70 — Maio, 1943, idem.

Preços no comércio varejista do D.F. e das capitais das unidades federadas. (Valores absolutos e relativos 1936-1943) — Serviço de Estatística da Produção, M.A., julho, 1943.

Reação de fixação do complemento na tripanosomose americana experimental da cobaia, feita com antígeno de cultura de "Trypanosoma cruzi" Chagas, 1909 (Tipo Kelser) — Instituto de Higiene de São Paulo, Escola de Higiene e Saúde Pública do Estado — Boletim n. 79 — Imprensa Oficial do Estado, 1943.

Brasil 1942 — Ministério das Relações Exteriores, Rio, 1943.

Anais do Arquivo da Marinha — Junho de 1943 — Ministério da Marinha, Rio.

Boletim do Conselho Federal do Comércio Exterior — Junho de 1943 — Rio.

Boletim do Ministério das Relações Exteriores — N. 5, maio de 1943 — Rio.

Inapiários — 62 — Junho de 1943 — Rio.

I B M — Maio de 1943 — Instituto Brasileiro de Mecanização — Rio.

Monthly Labor Review — February 1943 — U.S. Department of Labor, Bureau of Labor Statistics.

Baltimore, 1870-1900: Studies in Social History, por Charles Hirschfeld — The Johns Hopkins University Studies in Historical and Political Science, Series LIX, November 2, Baltimore, 1941.

The National Bituminous Coal Commission, Administration of the Bituminous Coal Act, 1937-1941, por Ralph Hillis Baker — Idem, idem, Number 3.

Salt Glazes on Structural Clay Building Units, por H.D. Foster — The Engineering Experiment Station, The Ohio State University — Bulletin N.º 113 — Columbus, Ohio — November, 1942.

A Study of Glaze Stresses, por William C. Bell — Idem, idem — Number 3.

Salt Glazes on Structural Clay Building Units, por H.D. Foster — The Engineering Experiment Station, The Ohio State University — Bulletin n. 113 — Columbus, Ohio — November, 1942.

A Study of Glaze Stresses, por William C. Bell — Idem, idem, Bulletin n. 114.

Columbia University Bulletin of Information — Forty-third Series, n. 19, April 24, 1943 — "Announcement of the Division of Ancient and Oriental Languages and Literatures for the Winter and Spring Sessions 1943-1944 — Morning-side Heights, New York.

International Conciliation — N. 389, April, 1943 — Commission to Study the Organization of Peace — Third Report — "The United Nations and the Organization of Peace" — With papers presented to the commission — Carnegie Endowment for International Peace, Division of Intercourse and Education — New York City.

Responso Heroico, por R. Garcia Bárcena — Publicada pela Revista "Universidad de La Habana" — La Habana, Cuba.

Estadística — Journal of The Inter-American Statistical Institute — N. 1, Vol. I — Março de 1943, México, D.F.

Boletín Oficial de la Policía — Noviembre y Diciembre de 1942 — Dirección General de Policía — San Salvador, Republica de El Salvador.

SERVIÇO DE INTERCÂMBIO DE CATALOGAÇÃO

COMPRE A CATALOGAÇÃO DE SEUS LIVROS

— NA —

IMPRENSA NACIONAL

TABELA DE PREÇOS

I — Vendas avulsas

FORMA DO PEDIDO DAS FICHAS	A 1.ª FICHA DE CADA TÍTULO	DA 2.ª FICHA DE CADA TÍTULO EM DIANTE
Pelo número.....	Cr\$ 0,30	Cr\$ 0,20
Pelo nome dos autores.....	Cr\$ 0,40	Cr\$ 0,20
Pelo assunto do livro.....	Cr\$ 0,40	Cr\$ 0,20

II — Assinaturas

ESPECIES	ANUAL	SEMESTRAL	SÉRIE DE 200 FICHAS
Pelo número (tudo que for editado)..	Cr\$ 400,00	Cr\$ 250,00	—
Por autores (à escolha do assinante)..	—	—	Cr\$ 50,00
Por assuntos [indicados pelo assinante]	—	—	Cr\$ 70,00

BASES DO S. I. C.

- I — Cada Biblioteca-cooperante fornecerá a catalogação de todo o seu acervo, para que seja impresso e fornecido às demais;
- II — A Imprensa Nacional doará a cada Biblioteca-cooperante 15 fichas gratuitas do livro que houver catalogado;
- III — Cada Biblioteca-cooperante tomará assinatura anual na Imprensa Nacional, bem como cederá seus direitos autorais das fichas dos livros que houver catalogado;
- IV — A Biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público fará o trabalho de revisão tipográfica do material catalogado, para fins de uniformização;
- V — Os preços de assinatura entendem-se para uma edição de 2.500 fichas, em 1943, podendo ser tomada em qualquer época com direito ao recebimento das fichas já editadas.

INDEPENDENTEMENTE DE QUALQUER COLABORAÇÃO, TODAS AS BIBLIOTECAS PODERÃO SER ASSINANTES DO S. I. C., ADQUIRINDO NA IMPRENSA NACIONAL, QUASI PELO PREÇO DAS FICHAS EM BRANCO, A CATALOGAÇÃO DE SEUS LIVROS.

A REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO ESTÁ SENDO CATALOGADA ANALITICAMENTE PELO S. I. C.